

Mudanças climáticas: Ações globais precisam ser efetivas

Com o fim do primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto (2008-2012), tanto os países industrializados quanto os emergentes devem preparar-se para um novo ciclo do regime internacional, a fim de reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, entre 2013 e 2020.

Esse segundo período de compromisso do Protocolo foi uma das principais decisões da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a COP18, realizada no final de novembro 2012, em Doha, Qatar. O setor de celulose e papel acompanhou de perto as negociações e o próximo passo será debater com empresas e autoridades do governo federal como as negociações poderão evoluir em 2013, em busca de novas decisões na COP19, em Varsóvia, na Polônia.

Para grande parte dos participantes da Conferência, os avanços em outros temas também relevantes, como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), foram reduzidos em função das discussões sobre o Protocolo de Kyoto. Apesar de confirmado, o novo período não teve adesão da Rússia, Nova Zelândia, Canadá e Japão, que não aceitaram novas metas para redução de emissões de CO₂.

Por outro lado, foi discutida a continuidade das negociações da Plataforma de Durban, estabelecida na COP17, que prevê compromissos de redução das emissões para todos os países a partir de 2020, incluindo emergentes como China, Índia e Brasil.

A expectativa é que esse futuro regime internacional, talvez o mais importante compromisso conjunto das nações em prol do clima, seja baseado em esforços

de mitigação mais ambiciosos. Isso poderá gerar mais oportunidades para o setor e o Brasil, na medida em que novos mecanismos valorizem produtos renováveis, como os de base florestal.

Outra decisão importante na COP18 foi a aprovação das Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMAs), que se referem às ações voluntárias de redução de emissões por países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. As negociações sobre os critérios para seu cumprimento evoluíram, no entanto, as formas de mensuração, monitoramento e verificação dessas ações, que podem ter implicações nos planos setoriais de mitigação de diversos países, não foram concluídas.

Para o Brasil, havia grande expectativa nas negociações sobre a temporalidade dos créditos de carbono florestais, que tem sido uma das maiores barreiras à aceitação desse crédito no mercado europeu, e também sobre novos mecanismos de mercado além do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

(MDL). Como não houve conclusão a respeito, os temas serão retomados em meados deste ano.

Apesar dos avanços, muitas lacunas deverão ser preenchidas antes da efetivação do novo acordo global de 2020. A COP19 terá o grande desafio de perseguir metas de mitigação para diminuir drasticamente as emissões globais de GEE, buscar uma definição para os compromissos financeiros necessários em todos os âmbitos, incluindo mecanismos para créditos de carbono, e ainda constatar a efetividade dos planos voluntários de mitigação dos países participantes. Enfim, a próxima Conferência deverá indicar o caminho para ações efetivas contra as causas das mudanças climáticas.



Editorial



No Brasil, as atuais plantações de eucaliptos e pinus representam um grande estoque de carbono, equivalente a 1,3 bilhão de toneladas de CO₂, graças a uma das mais avançadas tecnologias florestais do mundo. Como ordem de grandeza, esse estoque seria suficiente para mitigar as emissões de todo o parque industrial brasileiro.

São aproximadamente 11 milhões de hectares ocupados pelo setor de florestas plantadas, incluindo plantações florestais homogêneas (6,7 milhões ha), áreas naturais protegidas (4 milhões ha) e áreas industriais e de infraestrutura.

Com a necessidade de superar diversos desafios que dificultam a expansão da base florestal nos próximos 10 anos e a substancial contribuição adicional para a mitigação dos gases de efeito estufa, o setor de celulose e papel busca o reconhecimento e a valorização das florestas plantadas e do carbono florestal, tanto nacional quanto internacionalmente.

Trata-se de um importante instrumento para que o País alcance seu pleno potencial florestal, de forma sustentável.

É importante que o Brasil e comunidade internacional criem mecanismos que estipulem bases sólidas e acessíveis para a valorização do carbono florestal, como forma de estimular as boas práticas e, principalmente, os investimentos em tecnologias que permitam melhor aproveitamento da terra, maior produtividade e menos emissões de CO₂.

Com base nos resultados da COP18, analisados na matéria de capa, é possível concluir que, este ano, teremos de empenhar ainda mais esforços nas questões climáticas defendidas pelo setor, a fim de alcançar resultados positivos para o País.

Elizabeth de Carvalhaes
Presidente Executiva da Bracelpa

Resultados



No final de 2009, o governo brasileiro assumiu o compromisso voluntário que prevê a redução das emissões nacionais de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, na faixa de 36,1% a 38,9%, em relação à sua projeção para 2020. Isto deu origem aos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, que servirão de base para a revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

Para alcançar esse objetivo, foram convocados os principais setores produtivos brasileiros, que deverão cumprir metas ao longo dos próximos anos. O Plano Indústria, que inclui o setor de celulose e papel, prevê inicialmente a redução de 5% (ou 16,2 MtCO₂e*) do valor projetado de emissões do setor industrial para 2020 (324,4 MtCO₂e).

No entanto, o próprio governo brasileiro reconhece que apenas com as reduções previstas nos planos setoriais finalizados em 2010 já seria possível atingir um índice de até 40% de redução das emissões projetadas. Isto não significa isenção para setores com planos a serem finalizados até 2013, conforme cronograma do governo, mas mostra uma situação que permite a implantação de ações de mitigação bem planejadas, com certo conforto.

Nesse contexto, o setor de celulose e papel brasileiro vive situação privilegiada, pois a indústria já passou pelo processo de transição para uma economia de baixo carbono e suas emissões de GEE encontram-se bem abaixo da média mundial do setor, com fator médio de emissões na casa de 0,35 tCO₂e/t produzida, contra média mundial de 0,65 tCO₂e/t.

Atualmente, mais de 75% de toda a matriz energética utilizada pelo setor já é renovável. A participação do óleo combustível para geração de energia térmica baixou de 50% para menos de 6%, substituído principalmente pela lixívia (licor preto) e lenha, o que resultou na redução da emissão de 127 milhões de tCO₂e entre 1980 e 2010. Junta-se a isto o estoque de mais de 1 bilhão de toneladas de CO₂, sequestrado da atmosfera pelas florestas plantadas mantidas pelo setor. ►

*CO₂e - Medida utilizada para comparar as emissões de vários gases, baseada no potencial de aquecimento global de cada um. O dióxido de carbono equivalente é o resultado da multiplicação das toneladas emitidas de gases de efeito estufa (GEE) pelo seu potencial de aquecimento global.

acima das metas



Veronel / Cliv Luroni

- ▶ Portanto, o saldo comparativo entre emissão e remoção de GEE do setor é claramente positivo ao meio ambiente e com potencial real de crescimento. Estimativas baseadas em políticas e incentivos, sobretudo a valorização econômica do carbono florestal, sugerem que os estoques de florestas plantadas para a produção de celulose e papel poderiam alcançar uma área de 4,78 milhões de hectares em 2020. Isto representaria um aumento de até 70%, se comparado com estimativas do cenário de referência mais conservador, nos quais os estoques chegariam a 2,8 milhões de hectares.

Como consequência, as projeções de remoções de GEE até 2020/2030 são igualmente relevantes. Considerando somente as áreas de florestas plantadas, num cenário conservador, as remoções líquidas atingiriam 34 e 93 milhões de tCO₂e, respectivamente, enquanto que num cenário incremental, o montante seria de cerca de 181 e 532 milhões de tCO₂e.

O pleno potencial de desenvolvimento e mitigação do setor, ilustrado pelas projeções, depende, sobretudo, de contrapartidas econômicas adequadas, como a valorização do carbono florestal em sistemas de mercado com forte integração socioambiental, por exemplo.

Outras medidas para coordenação entre as ações relacionadas ao setor de base florestal em diferentes planos setoriais, como estratégias e ações voluntárias e as negociações internacionais sobre mudança do clima global, por exemplo, serão muito bem-vindas. E o setor de celulose e papel brasileiro, que tem um histórico de colaboração com o governo federal desde a criação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), em 1999, está concentrando todos os esforços a fim de ampliar as possibilidades de desenvolvimento da indústria de base florestal e, ao mesmo tempo, de redução das emissões líquidas do setor, dentro dos preceitos de responsabilidade socioeconômica e ambiental. ■

Setor quer expandir base florestal

Um novo modelo de silvicultura econômica está sendo proposto no País por meio da iniciativa Brasil Florestas Sustentáveis. À frente desse projeto estão empresas do setor de florestas plantadas como Fibria, Suzano, Klabin, Veracel, Stora Enso, Celulose Irani, Plantar, Duratex, além da Bracelpa, juntamente com a Conservação Internacional (CI), The Nature Conservancy (TNC), WWF Brasil e Imaflora, entre outros.

O objetivo da iniciativa é contribuir para os esforços de mitigação da mudança do clima e favorecer a promoção do desenvolvimento sustentável, via expansão da base de florestas plantadas e da valorização dos seus benefícios climáticos e socioambientais.

Durante 2012, entre desafios e oportunidades, os especialistas constataram que o Brasil convive com um déficit substantivo de

florestas plantadas e um baixo aproveitamento do potencial de crescimento do setor, inclusive no segmento de celulose e papel. Isto em função das incertezas com relação aos investimentos florestais de larga escala e de longo prazo.

Com base nesse cenário, a iniciativa buscará em 2013 o engajamento do setor na formulação e acompanhamento de políticas e programas estruturais. O trabalho também prevê a implantação de projetos-piloto de larga escala, baseados em critérios do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), internacionalmente reconhecidos. A partir de ações estruturais, em nível macro, e de atividades transformadoras, em nível micro, a iniciativa visa gerar instrumentos importantes para o desenvolvimento de uma ideia de mudança maior na silvicultura brasileira.

Carbono Florestal: Atuação além-fronteiras



Fotógrafo: Klobin/Leandro Tacques

Desde 2008, o setor brasileiro de celulose e papel vem trabalhando na valorização do carbono florestal, com atuação em várias frentes, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Foi naquele ano que o setor passou a ter maior participação nas negociações sobre o clima. A Conferência das Partes (COP14), em Poznan, na Polônia, foi o ponto de partida e, desde então, os debates ganharam importância e o tema vem sendo tratado a cada edição da COP nos anos subsequentes, em Copenhague (Dinamarca), Cancun (México), Durban (África do Sul) e Doha (Qatar).

Paralelamente, ações relevantes começavam a dar resultados no nível nacional. Em 2009, foi criada a Aliança pelo Clima, que reuniu 15 entidades do agronegócio; em 2010, formou-se o grupo de trabalho socioambiental e de metodologia da Iniciativa Brasil Florestas Sustentáveis, que teve seu escopo de atuação definido em 2011.

Outras atividades da indústria de base florestal, de repercussão internacional, têm levado ao amadurecimento das discussões em torno das

negociações do carbono florestal. Um exemplo é a participação no workshop promovido pelo Itamaraty sobre Florestas em Exaustão. O encontro gerou documento oficial sobre a elegibilidade de áreas para novos projetos de créditos florestais, apresentado pelo governo brasileiro na reunião do Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice (SBSTA), em maio de 2012, em Bonn, na Alemanha.

O Business Day BASD/WBCSD, realizado durante a Rio+20, que reuniu lideranças de diversos países em junho, no Brasil, foi outro ponto alto do setor no ano passado. Estes e outros eventos que tiveram a participação ativa do setor brasileiro de celulose e papel, por meio da Bracelpa, têm trazido grande avanço aos debates do tema.

“Temos trabalhado muito próximo ao governo federal, no sentido de esclarecer as necessidades do setor, que estão fortemente alinhadas com os interesses do país nos âmbitos social, econômico e ambiental, e podem contribuir para a definição de políticas públicas de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável”, afirma Elizabeth de Carvalhes, presidente executiva da Bracelpa.



Expediente: Folha da Bracelpa é uma publicação da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). A reprodução das informações do boletim é permitida desde que citada a fonte. **Jornalista responsável:** Sílvia Maiolino – MTb 17.110/SP. **Editor:** Zeca Bringel. **Design gráfico e diagramação:** TCI Art. **Tiragem:** 4.000 exemplares. **Gráfica:** Printcrom. **Bracelpa** – Rua Olímpíadas, 66 – 9º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-000, São Paulo – SP. Fone: (+5511) 3018-7800. Fax: (+5511) 3018-7813. silvia@bracelpa.org.br/www.bracelpa.org.br.



BRACELPA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL